

Género — Representações e Identidades

Lígia Amâncio*

Resumo: Neste artigo apresentamos um modelo de análise psicossociológica dos processos de construção social das diferenças entre os sexos. Na primeira parte do artigo a discussão deste modelo é ilustrada com investigação empírica que evidencia a assimetria das representações do masculino e do feminino e que fundamenta a hipótese da dominância simbólica do género masculino. A extensão desta hipótese à análise da construção das identidades masculina e feminina permite mostrar, na segunda parte do artigo, que tanto homens como mulheres contribuem, embora de forma diferente, para a confirmação daquelas representações do masculino e do feminino, através do seu comportamento e da imagem que transmitem de si próprios nas interacções sociais.

Introdução

Tal como as outras ciências sociais, a psicologia social não escapou à “revolução” que o movimento feminista introduziu no meio académico, nos anos 70, nem à reflexão crítica sobre os seus próprios modelos (Zalk e Gordon-Keller, 1992) que se desenvolveu desde essa altura. Também nesta disciplina, o enviesamento a favor do modelo masculino na análise das diferenças entre os sexos foi severamente criticado (Sherif, 1979, citada em Epstein, 1988, p.32), proporcionando o desenvolvimento de novas investigações que vieram pôr em causa alguns universais conceptuais e teóricos, na psicologia social (Hurtig e Pichevin, 1985), como em outras disciplinas (Beleza, 1990). Mas o efeito cientificamente mais relevante dessa mudança, o do desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres (women’s studies), que deu mesmo origem à criação de departamentos universitários e de faculdades com essa designação permaneceu, no âmbito da psicologia social, um fenómeno americano, enquanto que o debate que agora se abre no seio dessa corrente não deixa de vir ao encontro de algumas das ideias desenvolvidas pela psicologia social europeia.

Uma das linhas desse debate, na sociologia feminista, refere-se à contribuição da corrente dos estudos sobre as mulheres para uma objectivação da oposição, conceptual e analítica, entre as categorias de homem e de mulher, tornando outras categorias irrelevantes (Mitchell, 1986). Por outro lado, a demonstração

* Psicóloga Social. Docente do ISCTE. Investigadora no CIES.

da extensão social do movimento feminista e da legitimidade das suas reivindicações apoiou-se, estrategicamente, na acentuação de um discurso feminino e centrado nos valores (e nas práticas) feminino(a)s (Cott, 1986) que também orientou a investigação para a objectivação de uma “essência” feminina. De facto, a influência desta estratégia política na investigação científica conduziu à relevância conceptual das noções de masculino e de feminino, com o objectivo explícito ou implícito de tornar visível a especificidade do pensamento e da prática *das mulheres*, em vez *do sentido do feminino*, ao ponto de se atribuírem diferentes modos de pensar e fazer ciência a homens e mulheres. Nesta perspectiva, estabelece-se uma correspondência entre sexo e género que transporta consigo um curioso naturalismo, na opinião de algumas sociólogas:

“I do not believe that there is or can be or should be a “male science” or a “female science” any more than I believe in a Jewish science or an Aryan science, a black or a white science” (Epstein, 1988, p.18).

Na psicologia social, por outro lado, e apesar do reconhecimento da validade do conceito de género para a análise das diferenças entre homens e mulheres (Deaux, 1985), reconhece-se actualmente o insucesso do feminismo no combate à orientação positivista da prática científica (Parlee, 1992), uma vez que o efeito mais notório da integração do conceito de género nos modelos de análise se traduziu, afinal, na abordagem do género enquanto propriedade dos indivíduos, categorizados segundo o sexo. Mais uma vez, a preocupação estratégica de conferir visibilidade e positividade ao feminino orientou a investigação para o essencialismo do(s) género(s), conferindo-lhe(s) um realismo dicotómico e interno aos indivíduos dos dois sexos (Morawski, 1987). Um dos exemplos mais conhecidos da redução do género a um perfil de “personalidade” dos indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino é a investigação de Carol Gilligan (1982) que pretendia criticar o androcentrismo do modelo do desenvolvimento moral de Kohlberg, através da demonstração da especificidade da moralidade feminina. Ao recusar o modelo de moralidade masculina como dominante, salientando a “diferença” do modelo feminino, este trabalho veio ao encontro da estratégia de afirmação da diferença do feminino, o que fez dele uma das obras mais citadas na literatura feminista americana dos anos 80. Mas é precisamente esta estratégia de afirmação da diferença e a consequente objectivação de um “modelo” feminino, pretensamente alternativo ao masculino, que é hoje objecto de crítica, por esta perspectiva nunca ter esclarecido as condições de construção social dos modelos masculino e feminino, como afirma Susan Faludi:

“L'étude des différences des genres peut donner lieu à l'exploration de tout un réseau de rapports de pouvoir, mais trop souvent elle ne sert qu'à les justifier. La célébration des “spécificités” des femmes, comme d'ailleurs de celles de toute catégorie de population, risque toujours d'aboutir à une forme de reconnaissance à double tranchant” (Faludi, 1991/1993, p.355).

À excepção de alguma produção britânica (Wilkinson, 1986), a psicologia social europeia nunca adoptou a orientação essencialista da psicologia social americana, apesar de ter desenvolvido investigação sobre os sexos desde os anos 70. Se as características de que se revestiu o movimento feminista na Europa poderão ter contribuído para esta diferença de perspectivas na abordagem da questão do género, o modelo das representações sociais desempenhou, sem dúvida, um papel importante. De facto, é no quadro do modelo das representações sociais, um dos modelos especificamente europeu da psicologia social (Jesuíno, 1993), que se tem desenvolvido o debate sobre os pressupostos de algumas teorias desta disciplina (Doise, 1984 e Moscovici, 1984), lançando um “novo olhar sobre velhos problemas” (Vala, 1986, p. 8), sobre os seus métodos (Farr, 1984) e sobre a própria noção de indivíduo em que assenta a sua produção científica (Farr, 1991).

É por isso que este modelo também nos ajuda a manter um olhar crítico sobre uma “psychologie des femmes” (Hurtig e Pichevin, 1986, p. 13), ao fornecer-nos instrumentos de análise de uma *epistemologia do senso comum sobre os sexos*. Este conceito, que nos é proposto pelo próprio autor do modelo das representações sociais (Moscovici, 1972/1977), numa análise de mitos, magias e tabus, como o do incesto, onde ele salienta, precisamente, a assimetria das representações sobre o masculino e o feminino e a sua função reguladora das posições sociais dos indivíduos e das relações entre eles, não podia ser mais adequado ao conceito de género. Nesta perspectiva, os saberes comuns sobre os homens e as mulheres constituem representações sociais que se alimentam dos valores, crenças e ideologias dominantes e que adquirem sentido através da objectivação das diferenças entre os sexos. No entanto, a construção destes saberes comuns não se configura numa mera diferenciação, mas sim na assimetria dos modelos masculino e feminino. Apresentaremos, neste artigo, alguns dos aspectos de uma análise da construção da diferenciação assimétrica entre os géneros, que seleccionámos de uma outra exposição mais aprofundada (Amâncio, 1994).

A Assimetria nas Representações do Género

Um primeiro aspecto das representações do masculino e do feminino diz respeito à estruturação cognitiva dos géneros em categorias dicotómicas. A este nível, os sexos biológicos desempenham o papel de critérios classificatórios em torno dos quais se organizam configurações de atributos. Este é um processo comum a quaisquer categorizações, sejam elas baseadas no sexo, na idade, na classe ou na cor da pele. No entanto, a categorização baseada no sexo possui algumas particularidades que a distinguem das outras, à excepção da que se baseia na cor da pele. De facto, as categorizações baseadas em características físicas permanentes, o que não é o caso da idade nem da classe, constituem identificadores que os indivíduos transportam consigo, ao longo de toda a sua

vida em todos os contextos, e cuja mudança não está ao seu alcance (é evidente que a medicina produz alguns milagres neste campo, mas essas exceções não serão aqui abordadas, embora constituam, no plano psicológico e social, um objecto de estudo particularmente interessante), ao contrário do que pode acontecer com a classe social.

Ora os estudos em cognição social (Fiske e Taylor, 1984) mostram que a identificação da categoria de pertença é uma dimensão tanto mais importante das interações sociais, uma vez que suscita a inferência dos atributos a ela associados, quanto mais as configurações de atributos forem socialmente partilhadas. Assim, ao nível do percepção, a identificação da categoria de pertença de um indivíduo desempenha um papel informativo, na medida em que suscita um “conhecimento” subjectivo sobre ele, do tipo “diz-me a que categoria pertences, dir-te-ei quem és”, enquanto que ao nível do comportamento ela facilita, pela mesma razão, a definição de estratégias antecipatórias. Sendo assim, ao nível da análise estritamente cognitiva, a saliência informativa das categorias sexuais deveria ser equivalente, isto é, a probabilidade de recorrer ao critério classificatório do sexo seria igual para descrever um indivíduo do sexo masculino (“é um homem”) e para descrever um indivíduo do sexo feminino (“é uma mulher”). Mas não é isso que se verifica, como mostram os estudos de Hurtig e Pichevin (1990): numa série de experiências efectuadas com estudantes da Universidade de Aix-en-Provence, a quem se pedia que descrevessem fotografias de adultos a um colega, de modo a que este último identificasse a pessoa descrita o mais depressa possível, as autoras contestam a explicação meramente cognitiva para a saliência das categorias sexuais. De facto, e embora houvesse igual número de rostos de homens (12) e de mulheres (12), igual número de rostos de jovens (12) e de idosos (12) e igual número de rostos sorridentes (12) e sérios (12), destes três critérios classificatórios (sexo, idade e expressão facial), o sexo foi aquele a que as pessoas mais recorreram, numa situação em que a recolha das descrições era inteiramente aberta, mas, além disso, também utilizaram mais a categoria sexual para descrever uma mulher do que para descrever um homem.

Se, como mostram estes estudos, dizer que alguém “é uma mulher” é muito mais a meia palavra que basta ao bom entendedor, do que dizer que alguém “é um homem”, isso resulta da assimetria nos significados das representações do masculino e do feminino, mais universais no primeiro caso, e mais particulares, no último. De facto, a relativa escassez dos significados especificamente femininos faz com que esta categoria suscite um “conhecimento” supostamente mais preciso da pessoa a quem ela se aplica, ao contrário do que acontece com a categoria masculina. A influência desta assimetria nos processos perceptivos é ainda revelada por outros estudos que se ocupam da análise da hierarquia dos sistemas cognitivos de categorização. Num estudo sobre os estereótipos da nacionalidade, efectuado em países católicos, protestantes e muçulmanos, de ambos os hemisférios e de níveis de desenvolvimento diferente, em que se recolhiam as descrições que cada grupo nacional produzia das “pessoas”, dos

“homens” e das “mulheres” do seu país, Eagly e Kite (1987) verificaram uma correspondência entre os atributos das “pessoas” e os dos “homens”. Embora as configurações de atributos divergissem de país para país de acordo, sobretudo, com diferenças culturais, aquela correspondência aparecia nos resultados de todos os países. Considerando, portanto, a nacionalidade como uma categoria supraordenada relativamente às categorias sexuais, a relação simbólica destas últimas com a primeira revela-se, claramente, assimétrica. E esta relação persiste, ainda, quando se comparam as categorias sexuais com sub-categorias de cada uma delas, porque enquanto no caso da categoria masculina os atributos se distribuem de forma semelhante por sub-categorias como as de homem-empresário, homem-atleta e homem-pai, no caso da categoria feminina a única sub-categoria que conserva exclusivamente atributos femininos é a da mulher-mãe, enquanto que as de mulher-atleta ou de mulher-empresária já incluem atributos masculinos (Deaux et al., 1985). O facto de só se verificar “mobilidade” dos atributos categoriais no sentido do masculino para o feminino, e não no sentido contrário, como mostrava o estudo anterior, é também indicativo da extensão dos significados masculinos a diversos contextos e dos limites dos contextos especificamente femininos. Assim se explica que uma mulher “fora do seu meio natural”, seja pelo contexto em que se encontra, seja pelo comportamento que assume, suscite um esforço de explicação e justificação por parte dos observadores, que não tem equivalente no caso de um homem, como mostrámos num estudo anterior (Amâncio, 1992). Há, no entanto, exemplos de sub-categorias masculinas em que se verifica assimilação de traços femininos, como é o caso dos homossexuais. Mas, nestes casos e outros que envolvam formas de “desvio” em relação à virilidade masculina, o processo de objectivação traduz mais uma patologização do que uma feminização. Em certos meios sociais, o “marido enganado”, ou o “homem fraco” não se transformam em mulheres, mas sim em seres “anormais” (ver, a este propósito, Torres, 1990).

A objectivação do masculino e do feminino em entidades ontologicamente diferentes é, portanto, regulada por uma assimetria que atravessa todos os processos socio-cognitivos que participam para essa construção do “ser” homem e do “ser” mulher. Munidos deste “saber”, os indivíduos orientam a sua percepção dos actores homens e mulheres nas interações do quotidiano, de forma enviesada, uma vez que a atenção dedicada ao comportamento das mulheres não é orientada pelo reconhecimento da sua diferença, enquanto indivíduos, mas sim pela acentuação dos limites dessa diferença, enquanto condição colectiva, ou destino (Keshavjee e Amâncio, 1993). Além disso, esta assimetria desempenha também uma função reguladora dos efeitos das mudanças sociais sobre o universo simbólico que diferencia os dois sexos. É curioso verificar que a entrada das mulheres no mundo do trabalho não deu origem à revolução tão receada pelos que se lhe opuseram, antes deu origem a uma sub-categoria de mulher, a de mulher-trabalhadora que, por sua vez, pode ainda englobar a mulher-empresária ou a mulher-polícia, sub-categorias que não correspondem só a representações do senso comum, mas existem também na realidade objectiva da segregação das

mulheres, no interior de certas profissões. Em todos estes casos, o pensamento social encontrou formas de particularização das mulheres que entraram nas chamadas profissões masculinas, e que consistiram na sua “masculinização”, enquanto que os significados femininos permaneceram intactos na sua escassez e nos limites contextuais a que se aplicam.

Por outro lado, quando se verificam mudanças sociais que têm implicações nos modelos de pessoa, é mais provável que esses novos valores sejam incorporados no masculino, do que no feminino. Testámos esta hipótese ao replicar, em 1992, um estudo sobre estereótipos que havíamos efectuado em 1986. Este primeiro estudo tinha permitido confirmar a hipótese de que o estereótipo masculino estava mais próximo do estereótipo mais “universal” do adulto, do que o estereótipo feminino. Mas estes resultados também apresentavam uma particularidade, aliás a única, em relação aos de estudos semelhantes efectuados na Europa e nos Estados-Unidos: a dimensão de instrumentalidade, que aparece sempre associada ao masculino e que é, em geral, representada por traços que têm a ver com a competência, a racionalidade, a afirmatividade e a competitividade, era pouco importante, em comparação com a dimensão de dominância sobre os outros. Por outro lado, alguns dos efeitos da entrada de Portugal na CE tinham-se tornado evidentes no período entre os dois estudos: o desenvolvimento das infraestruturas, graças aos fundos comunitários e à privatização de empresas nacionalizadas e o crescimento de uma classe média urbana, em resultado do controle da inflação e do crescimento do emprego, sobretudo no sector dos serviços. Ao mesmo tempo, o poder político e os media adoptavam um discurso em que se salientavam conceitos liberais, como o do espírito empresarial, a iniciativa individual, a competição e, evidentemente, o sucesso desta nossa democracia, assim como as histórias dos gestores e empresários de sucesso.

A hipótese de que estas mudanças se iriam repercutir nos estereótipos, muito particularmente no estereótipo masculino, foi o que nos levou a replicar o estudo em 1992. Utilizámos, em ambos os estudos, uma lista de cerca de 100 traços que pedíamos para os estudantes classificarem em tipicamente masculino ou feminino, qualidade ou defeito no adulto, além da classificação em típico dos jovens ou típico dos idosos, que acrescentámos na réplica de 1992 (cada pessoa fazia, obviamente, uma única classificação e não tinha conhecimento das outras). Todos os traços que recolheram 75% das respostas numa mesma classificação foram seleccionados para o respectivo estereótipo, em ambos os estudos. Os Quadros seguintes permitem comparar os resultados dos dois estudos. (Os sinais de + e - e as letras J e I, que se encontram à frente de alguns traços significam que, nesses casos, também se obtiveram 75% das respostas na(s) classificação(ões) de qualidade ou defeito no adulto e de típico dos jovens ou dos idosos).

Quadro 1: O Estereótipo Masculino

1986		1992	
Ambicioso		Ambicioso	J
Audacioso	+	Autoritário	
Autoritário		Aventureiro	
Aventureiro		Corajoso	+
Corajoso	+	Descuidado	- J
Desinibido	+	Desorganizado	- J
Desorganizado	-	Dominante	
Dominante	-	Forte	+ J
Empreendedor	+	Independente	+
Forte	+	Lutador	+ J
Independente	+	Machista	
Machista		Objectivo	+
Paternalista		Paternalista	I
Rígido		Racional	+
Sério	+	Rígido	I
Superior		Seguro	+
Viril		Superior	
		Viril	

Quadro 2: Estereótipo Feminino

1986		1992	
Afectuosa	+	Afável	+
Bonita	+	Afectuosa	
Carinhosa	+	Bonita	+ J
Dependente	-	Cuidada	
Elegante		Curiosa	J
Emocional		Dependente	-
Feminina		Emocional	
Frágil	-	Feminina	
Maternal		Frágil	-
Meiga		Inferior	-
Romântica		Maternal	
Sensível	+	Meiga	
Sentimental		Sensível	
Submissa	-	Sentimental	
Submissa	-		

No plano quantitativo, os resultados dos dois estudos são praticamente iguais: o *número de traços em cada estereótipo quase não se alterou* (no caso do estereótipo masculino passou de 17 em 1986 para 18 em 1992, enquanto que no estereótipo feminino estes números são 14 e 15, respectivamente), enquanto que o ratio das qualidades e defeitos no adulto se manteve igual no estereótipo masculino (7/2 em ambos os estudos) e quase igual no feminino (4/3 em 1986 e 3/4 em 1992). Esta análise mostra claramente a relação simbólica entre a imagem de homem e a imagem de adulto, por um lado, e a particularidade do estereótipo feminino, por outro lado, que inclui poucas características do adulto, sendo uma delas a beleza física, mas inclui várias características que tanto podem ser qualidades como defeitos no adulto, o que aponta para a especificidade contextual dos significados femininos.

Além disso, e tal como esperávamos, verifica-se uma mudança qualitativa no estereótipo masculino, que passou a incluir uma dimensão de instrumentalidade, representada pelos traços objectivo, racional, lutador e seguro, enquanto que as alterações no estereótipo feminino (afável, curiosa e inferior) não introduzem nenhuma nova dimensão, visto que se inserem nas dimensões de expressividade e submissão que já apareciam no estudo anterior. No caso do estereótipo masculino passámos, assim, de uma imagem patriarcal, no primeiro estudo, caracterizada pelo autoritarismo (do chefe de família?) e pela razão da força, para uma imagem onde emerge a força da razão e o controlo sobre o destino individual. Mas esta síntese de valores modernos e pré-modernos, que se verifica no estereótipo masculino, também mostra que o imaginário social “vê” o jovem do sexo masculino como o principal actor num cenário de mudança social, relegando as mulheres e os idosos para papéis secundárias nesse cenário¹.

Este último exemplo de assimetria nas representações do género revela-se na ancoragem dos significados masculinos nos modelos de pessoa dominante e a sua capacidade em absorver novos valores e protagonizar a mudança, em contraste com a permanência da particularidade dos significados femininos. Catherine Marand-Fouquet também mostra que no imaginário da sociedade francesa o feminino tem assentado essencialmente na dimensão da “*mère de famille*”, desde o século XVIII (Marand-Fouquet, 1993). Esta dimensão que, como afirma a autora, passou a coexistir mais recentemente com a da mulher sedutora, sem entrar em contradição com ela, atravessou grandes processos de mudança política e social, mantendo a sua especificidade, mesmo face a conceitos universais, como o de cidadania que emergiu com a revolução francesa, foi utilizada como pretexto para adiar a concessão do direito de voto às mulheres (que só lhes foi concedido por DeGaulle em 1944), mas também foi exaltada nos períodos em que o crescimento demográfico se tornava necessário.

A Assimetria nas Identidades de Género

No pensamento social, a dominância simbólica do masculino resulta, portanto, da estreita interrelação entre a representação do “ser homem” e a do “ser

indivíduo”. É, precisamente, porque no processo de construção social do género masculino e feminino se confunde o masculino com o indivíduo que, como afirma Lorenzi-Cioldi (1988), o comportamento dos indivíduos do sexo masculino é aparentemente caracterizado pela distintividade, o que faz com que a identidade masculina seja vivida e percebida enquanto singularidade “real” que obscurece a sua origem colectiva.

De facto, como vimos na secção anterior, a categoria de pertença, no caso das mulheres, é mais saliente nos processos de percepção interpessoal, do que no caso dos homens. E isto apesar de se reconhecer no sexo biológico um factor estruturante das concepções do masculino e do feminino, tal como acontece com outras características físicas e sociais. Vimos também que esta sobre-saliência da categoria feminina, comparativamente com a masculina, nas interações sociais, não tem uma origem estritamente cognitiva, porque os próprios processos cognitivos são orientados pela estruturação assimétrica dos conteúdos associados ao sexo biológico, que cria uma ordem social (Epstein, 1988) caracterizada pela extensão dos significados masculinos a diversos aspectos do domínio público e privado e pela estrita associação dos significados femininos às relações afectivas e à reprodução biológica.

Mas os processos identitários não se resumem aos que envolvem a identificação pelos outros, ou seja, a atribuição externa de uma identidade. Na abordagem psicossociológica, eles também englobam os processos através dos quais os indivíduos constroem uma concepção singular e distintiva de si próprios e gerem essa noção de self nos diferentes contextos. Nesta perspectiva foi, precisamente, a procura da articulação entre a origem colectiva da identidade e a sua manifestação individual, apoiada em investigações sobre as identidades masculina e feminina que deu lugar, recentemente, a um modelo que trata a identidade enquanto representação social (Doise e Lorenzi-Cioldi, 1991). A investigação desenvolvida neste quadro mostra que, assim como os outros “vêm” mais os indivíduos do sexo feminino como mulheres, do que “vêm” os indivíduos do sexo masculino como homens, também as mulheres “se vêem” mais como mulheres e os homens “se vêem” mais como indivíduos. Isto porque a individualidade inscrita nos significados do ser homem permite aos indivíduos do sexo masculino manifestar a sua singularidade, não só em relação aos outros homens, como em relação aos contextos, sem que isso entre em contradição com a sua identidade colectiva, enquanto que no caso das mulheres, o próprio sentido colectivo inscrito nos significados do ser mulher implica que a manifestação da singularidade se faça necessariamente em ruptura com a identidade colectiva, obrigando à fusão da identidade individual na identidade social, desde que esta última seja significativa para os indivíduos. Esta abordagem das identidades de género em termos de uma assimetria nos recursos simbólicos que homens e mulheres têm ao seu alcance para construir a sua individualidade, procura também ultrapassar as abordagens que se limitam a salientar a avaliação positiva do masculino e negativa do feminino, tendo em vista uma igualização avaliativa das duas identidades (Skevington e Baker, 1989).

Num estudo que analisava a utilização dos conteúdos das representações do género na auto-imagem e na auto-saliência (“self-enhancement”), efectuado na Suíça, com adultos de ambos os sexos, Lorenzi-Cioldi (1991) verificou que homens e mulheres recorrem mais a estratégias de auto-saliência quando se definem em termos individuais (“Eu sou...”) do que quando o fazem em termos grupais (“os homens/as mulheres são...”), como seria de esperar. No entanto, e independentemente do contexto, as mulheres recorrem mais aos descritores “típicos” do seu sexo, do que os homens. Esta dependência das mulheres em relação aos significados do género foi também analisada numa série de investigações que efectuámos em Portugal (Amâncio, 1994) e que nos permitiram mostrar que a identidade fusional das mulheres pode dar lugar à afirmação da individualidade, em certas situações, como sejam as situações “vazias” de significados masculinos ou femininos e aquelas em que não existe competição entre homens e mulheres. Uma vez que as mulheres estão sujeitas aos estreitos limites da feminilidade, para além dos quais se encontra o domínio da masculinidade, as suas estratégias identitárias revelam uma cuidadosa “gestão” do comportamento e da imagem que transmitem de si próprias, configurando uma identidade que é mais um *modelo de estar*, do que o *modelo de ser* da identidade masculina.

Marand-Fouquet (1993) apresenta-nos um exemplo deste processo quando se refere à aparente necessidade, sentida pelas mulheres que ocupam posições de poder em França, em afirmar que mantêm as suas competências femininas “apesar” da posição que ocupam. É uma reportagem jornalística sobre “As Mulheres no Poder. A Excepção contra a Regra” (Público, 24.10.1993) salienta alguns aspectos que também ilustram esta argumentação: por um lado, porque em alguns casos, o acesso das mulheres a lugares do topo do poder político é fortemente determinado pelo facto de sentirem que é seu dever prosseguir a obra iniciada pelo pai ou pelo marido, tal como acontece com o acesso de algumas mulheres à função de empresárias (Rodrigues, 1989), ou por considerarem que o seu dever como mulheres já foi cumprido, como é o caso de Violeta Chamorro. Neste aspecto, o caso de Hillary Clinton constitui uma excepção, uma vez que a sua autoridade assenta numa imagem de profissional competente, que já existia antes das eleições, e não só no facto de ser a esposa do Presidente. Mas, por outro lado, algumas destas mulheres também sentem a necessidade, ou ela é-lhes suscitada pelos(as) próprios(as) jornalistas, em afirmar a sua feminilidade, como que reafirmando o carácter excepcional da sua presença em posições políticas de grande visibilidade.

Numa investigação sobre as formas de legitimação da autoridade científica e técnica, que incluiu 112 chefias de diversas empresas (77 do sexo masculino e 35 do sexo feminino), encontrámos diferenças significativas entre homens e mulheres na importância atribuída à mobilização do capital escolar para a carreira profissional, em particular nas razões para a escolha do curso superior que tinham a ver com a “procura de uma profissão prestigiada”, a procura de uma “boa remuneração” e vir a “ocupar um lugar de chefia” (Amâncio e Carapinheiro, 1993, pp.72-74). O facto das médias das mulheres serem sistematicamente mais

baixas do que as dos homens, tanto quer dizer que elas subestimam estas razões, como quer dizer que eles as sobrestimam. E isto acontece, porque enquanto que, para as mulheres, a afirmação da “ambição” de mobilidade entra em contradição com o seu modo de ser socialmente construído, já no caso dos homens esta afirmação se insere “naturalmente” na masculinidade. Por outro lado, e ao contrário do que acontece com os homens, as respostas das mulheres são ainda influenciadas por outros contextos de pertença, como se pode ver nos quadros seguintes.

Quadro 3: Interação do Sexo e do Grupo Etário na razão “Boa Remuneração” para a escolha do curso

	Homens	Mulheres
Até aos 33 anos	2.70	2.40
Dos 34 aos 40	2.81	1.71
Mais de 40 anos	2.64	3.20

(F(2,71)=4.67, p=.01)

Quadro 4: Interação do Sexo e da Classe de Origem na razão “Ocupar um Lugar de Chefia” para a escolha do curso

	Homens	Mulheres
Filhos(as) de		
Empresários	2.64	2.23
Director. Quadr. e Tec.	2.62	1.50
Trabalhadores Independ.	2.80	2.50
Assalariados e Execut.	1.89	3.50

(F(3,62)=2.76, p=.05)

Estes resultados evidenciam a dependência da identidade feminina em relação aos contextos, que referimos atrás. De facto, parece ser preciso ter ultrapassado a idade activa do desempenho do papel familiar, ou ter tido uma trajectória marcada pelo esforço de mobilidade ascendente, para que as mulheres percarn a inibição de afirmarem as suas ambições. Assim, se o social impõe vários limites às oportunidades e comportamentos das mulheres, também é verdade que elas se impõem formas de auto-censura, porque o social a que nos referimos é, justamente, uma forma de pensar os seres homem e mulher que é partilhada por ambos os sexos e naturalizada nos seus comportamentos. Neste sentido, à ideia de que os indivíduos do sexo masculino obscurecem a origem colectiva da sua

identidade, através da distintividade do seu comportamento e da sua aparente internalidade, podemos contrapor a ideia de que os indivíduos do sexo feminino também o fazem através da naturalização da especificidade do seu comportamento.

Conclusão

A configuração das representações, socialmente partilhadas e difundidas, do masculino e do feminino é marcada por uma assimetria que se revela na dominância simbólica do masculino, objectivação do ser homem mas também do ser indivíduo, em relação ao feminino, que define exclusivamente o ser mulher. Mesmo reconhecendo o papel do sexo biológico enquanto factor estruturante destas concepções, a sua organização socio-cognitiva só integra a natureza no feminino reservando, assim, para as mulheres, uma permanente marca de diferença, enquanto que a dominância simbólica do masculino se traduz ainda na extensão dos seus significados para além do grupo concreto dos homens.

Ao conferir autonomia analítica à especificidade do feminino, como fizeram algumas correntes da psicologia e da sociologia feministas, corre-se o risco de confundir a aparência com a realidade reproduzindo, no plano científico, a materialização do ser mulher (e do ser homem) que existe ao nível do senso comum e que integra estes seres nos indivíduos dos respectivos sexos, deslocando-os da sua origem social. Embora se possa conceber que, pelo facto do sexo biológico impôr às mulheres uma forte marca de diferença, elas tomem mais facilmente consciência da sua condição social do que os homens, cuja identidade colectiva se confunde com a individualidade, não podemos esquecer que a formação das representações sociais também se ancora na naturalização dos modos de ser.

Não há, portanto, opressores e oprimidas na forma como o social constrói a diferenciação assimétrica do feminino e do masculino. O que há, sem dúvida, é uma concepção dominante de pessoa que exclui as mulheres, como exclui outras categorias sociais. Por isso mesmo, é necessário considerar o efeito aditivo das representações associadas a diversas categorias sociais, para compreender as formas de legitimação da discriminação que atinge determinados grupos sociais, definidos por outras pertenças para além do sexo.

Nota

1 Isto é tanto mais interessante, quanto os 362 sujeitos que participaram neste estudo (121 para a classificação em masculino e feminino, 112 para a classificação em qualidade e defeito e 129 para a classificação em jovem e adulto) incluíam estudantes e estudantes-trabalhadores de ambos os sexos, mas os resultados das mulheres-trabalhadoras foram diferentes nos dois estudos: no primeiro estudo, elas classificaram vários traços de instrumentalidade em masculino e feminino, impedindo assim que eles aparecessem como sendo típicos de um ou outro sexo, enquanto que no segundo estudo atribuíram esses traços mais consistentemente ao

masculino. Já no que diz respeito ao peso da "juventude" na imagem masculina, é possível que a média etária da população tenha tido alguma influência: embora as idades fossem dos 18 aos 55 anos, a média etária dos estudantes-trabalhadores era de cerca de 30 anos, tanto para os homens como para as mulheres e a dos estudantes situava-se entre os 19 e os 20 anos, igualmente em ambos os sexos).

Bibliografia

- AMÂNCIO, L. (1992), As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- AMÂNCIO, L. e CARAPINHEIRO, G. (1993), *Dominância, Poder e Saber. Formas de Legitimação da Autoridade Científica e Técnica na Sociedade Portuguesa*. Relatório Final do Projecto financiado pela JNICT, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- BELEZA, M.T.C.P. (1991), *Mulheres, Direito e Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Direito de Lisboa.
- COTT, N. F. (1986), Feminist Theory and Feminist Movements: The Past Before Us. in Juliett Michell e Ann Oakley (orgs.), *What is Feminism?*, Oxford, Blackwell.
- DEAUX, K. (1985), Sex and Gender, *Annual Review of Psychology*, 36, 49-81.
- DEAUX, K., WINTON, W., CROWLEY, M. e LEWIS, L.L. (1985), *Levels of categorization and content of gender stereotypes*.
- DOISE, W. (1984), Social representations, intergroup experiments and levels of analysis, in R. Farr e S. Moscovici (orgs.) *Social Representations*, Londres, Cambridge University Press.
- DOISE, W. e LORENZI-CIOLDI, F. (1991), L'identité comme représentation sociale, in V. Aebischer, J.-P. Deconchy e E. M. Lipiansky (orgs.) *Idéologies et Représentations Sociales*, Fribourg, DelVal.
- EAGLY, A. H. e KYTE, M.E. (1987), Are stereotypes of nationalities applied to both women and men?, *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 3, 451-62.
- EPSTEIN, C. F. (1988), *Deceptive Distinctions: Sex, Gender and the Social Order*, Yale, Yale University Press.
- FALUDI, S. (1991), *Backlash. The Undeclared War Against Women*, Nova Iorque, Crown Publishers. Tradução francesa, editada sob o título *Backlash. La Guerre Froide Contre Les Femmes*, por Editions Des Femmes, 1993.
- FARR, R. (1984), Social representations: their role in the design and execution of laboratory experiments, in R. Farr e S. Moscovici (orgs.) *Social Representations*, Londres, Cambridge University Press.
- FARR, R. (1991), Individualism as a collective representation, in V. Aebisher, J.-P. Deconchy e E. M. Lipiansky (orgs.), *Idéologies et Représentations Sociales*, Fribourg, Del Val.
- FISKE, S.T. e TAYLOR, S. (1984), *Social Cognition*, Cambridge, Addison-Wesley.
- GILLIGAN, C. (1982), *In a Different Voice. Psychological Theory and Women's Development*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- HURTIG, M.-C. e PICHEVIN, M.-F. (1985), La variable sexe en psychologie: donné ou construct?, *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 5, pp. 187-228.
- HURTIG, M.-C. e PICHEVIN, M.-F. (1986), *La Différence des Sexes. Question de Psychologie?*, Paris, Editions Tierce.
- HURTIG, M.-C. e PICHEVIN, M.-F. (1990), Salience of the sex category system in person perception: Contextual variations. *Sex Roles*, 22, 5/6, pp. 369-394.
- ESUÍNO, J.C. (1993), A Psicologia Social Europeia, in J. Vala e M.B. Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- MESHAVJEE, F. e AMÂNCIO, L. (1993), *Sobre a diferença como um direito e como um des-ano*. Comunicação apresentada no Colóquio sobre Direitos Humanos organizado pela Secção Portuguesa da Amnistia Internacional em Lisboa.

- LORENZI-CIOLDI, F. (1988), *Individus Dominants et Groupes Dominés*, Grenoble, Presses Universitaires.
- LORENZI-CIOLDI, F. (1991), Self-stereotyping and self-enhancement in gender groups. *European Journal of Social Psychology*, 21, 5, 403-17.
- MARAND-FOUQUET, C. (1993), *Mère de famille et citoyenne: le modèle français*. Comunicação apresentada no Fórum 'A Mulher e a Cidade', organizada pela Câmara Municipal de Lisboa.
- MITCHELL, J. (1986), Reflexions on Twenty Years of Feminism, in Juliett Michell e Ann Oakley (orgs.), *What is Feminism?*, Oxford, Blackwell.
- MORAWSKI, J.G. (1987), The troubled quest for masculinity, femininity and androgyny, in P. Shaver e C. Hendrick (orgs.), *Sex and Gender*. Londres, Sage Publications.
- MOSCOVICI, S. (1972), *La Société contre Nature*, tradução portuguesa, Lisboa, Bertrand, 1977.
- MOSCOVICI, S. (1984), The phenomenon of social representations, in R. Farr e S. Moscovici (orgs.), *Social Representations*, Londres, Cambridge University Press.
- PARLEE, M. B. (1992), *Feminism in Psychology*, in Sue R. Zalk e Janice Gordon-Kelter (orgs.), *Revolutions in Knowledge*, Oxford, Westview Press.
- RODRIGUES, M. L. (1989), *Mulheres empresárias. Resultados de uma investigação empírica sobre as mulheres empresárias em Portugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE.
- SHERIF, C. W. (1979), Bias in Psychology, in J. Sherman e E.T. Beck (orgs.), *The Prism of Sex: Essays in the Sociology of Knowledge*, Madison, University of Wisconsin Press.
- SKEVINGTON, S. e BAKER, D. (1989) (orgs.), *The Social Identity of Women*, Londres, Sage Publications.
- TORRES, A. (1990), *Fatalidade, Culpa, Desencontro: Formas da Ruptura Conjugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE.
- VALA, J. (1986), Sobre as representações sociais — para uma epistemologia do senso comum, *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.
- VALA, J. (1993), Representações Sociais — Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social, in J. Vala e M.B. Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- WILKINSON, S. (org.) (1986), *Feminist Social Psychology. Developing Theory and Practice*, Milton Keynes, Open University Press.
- ZALK, S. R. e GORDON-KELTER, J. (orgs) (1992), *Revolutions in Knowledge*, Oxford, Westview Press.